



## QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS MIGRANTES INTER-REGIONAIS NO BRASIL

Antonia Jaine da Silva Pereira<sup>1</sup>  
Silvana Nunes de Queiroz<sup>2</sup>

**Resumo:** A mobilidade de indivíduos com alta escolaridade recebe atenção nos estudos sobre migrações pelas consequências que pode ter sobre o desenvolvimento e/ou desigualdades entre as regiões/países. No Brasil, dado os diferenciais da demanda por trabalho, tipos de empregos criados e de remuneração, entre as cinco grandes regiões, considerou-se relevante analisar a migração qualificada a partir da inserção no mercado de trabalho regional. O objetivo é verificar como o contexto econômico favorável a partir de 2004 afetou as condições de inserção ocupacional dos migrantes, segundo a qualificação e a região de destino. Para isso, são utilizadas as PNAD's de 2005, 2011 e 2015. Como principal resultado, observou-se que apesar de diminuir as dissimilaridades entre o migrante qualificado e o menos qualificado, que ocupa melhores vagas em anos recentes, as diferenças regionais persistem, propiciando maior informalidade e menores salários para migrantes que se empregam nas regiões Norte e Nordeste, independentemente da qualificação.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho regional; migrante qualificado; fuga de cérebros; migração inter-regional.

## QUALIFICATION AND OCCUPATIONAL INSERTION OF INTERREGIONAL MIGRANTS IN BRAZIL

**Abstract:** *The mobility of highly educated individuals receives attention in migration studies due to the consequences it may have on development and/or inequalities between regions/countries. In Brazil, given the differences in the demand for labor, types of jobs created and wages among the five regions, it is relevant to analyze qualified migration based on insertion in the regional labor market. The objective is to verify how the favorable economic context since 2004 has affected the occupational insertion conditions of migrants, according to qualification and region of destination. In order to do this, the PNADs from 2005, 2011 and 2015 were used. As a main result, it was observed that although the dissimilarities between the qualified migrant and the less qualified migrant, who occupies better positions in recent years, have diminished, regional differences persist, leading to greater informality and lower wages for migrants who are employed in the North and Northeast regions, regardless of qualification.*

**Keywords:** *Regional labor market; skilled migrant; brain drain; inter-regional migration.*

### 1 Introdução

Estudos sobre a migração de mão de obra qualificada ou “fuga de cérebros” vêm sendo desenvolvidos desde meados do século XX, marcados em maior medida pela preocupação com os possíveis resultados da transferência de recursos na forma de capital humano, em especial da perda de tais recursos nos países de origem (Docquier; Rapoport, 2011), uma vez que partem geralmente de países menos desenvolvidos em direção aos de maior desenvolvimento (Sabbadini; Azzoni, 2006; Docquier; Rapoport, 2011; Torres, 2016).

Restringindo-se ao âmbito interno, a inexistência de barreiras legais e as menores

---

<sup>1</sup> Doutora em Demografia (UFRN). Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Labplan (INCT Labplan - UFRN) no Centro de Estudos e Pesquisa Econômicas (CEPEC/URCA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1295-6611>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0716274018241746>. E-mail: [jainerodrigues22@yahoo.com](mailto:jainerodrigues22@yahoo.com)

<sup>2</sup> Doutora em Demografia (UNICAMP). Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana na Universidade Regional do Cariri (URCA), e do Programa de Pós-Graduação em Demografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7295-3212>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2868787826636179>. E-mail: [silvana.queiroz@urca.br](mailto:silvana.queiroz@urca.br)



diferenças culturais e linguísticas podem contribuir para que haja fluxos mais intensos, além do aumento da escolaridade da população brasileira a partir dos anos de 1990 (Freguglia; Gonçalves; Silva, 2014). Tendo sido verificado o aumento na migração de pessoas qualificadas (Serrano et al., 2013; Rigotti; Fazito; Campos, 2014), são investigados, assim como no âmbito internacional, os efeitos da fuga de cérebros sobre as áreas de origem, além dos determinantes dessa mobilidade (Carvalho, 2004; Torres, 2016; Pinto; Ramalho, 2016; Mata et al., 2008). Não há, entretanto, até o presente momento, estudos sobre a inserção ocupacional dos migrantes qualificados no destino.

Tendo como principais motivadores os diferenciais quanto as oportunidades e condições de trabalho e rendimento, a migração qualificada é analisada no contexto das desigualdades socioeconômicas regionais que persistem no país (Santos Júnior; Menezes-Filho; Ferreira, 2005; Mata et al., 2008; Dota; Queiroz, 2019), focalizando as cinco grandes regiões brasileiras. O presente trabalho avança da migração em si para a análise da inserção ocupacional dos migrantes segundo a qualificação, uma vez que sua migração é estudada destacando o papel importante que pode ter, em função das profissões que pode exercer (Solimano, 2006; Domeniconi; Baeninger, 2017). Mello (2007), a partir da análise da definição do contingente de trabalhadores do conhecimento em diversos contextos internacionais, destaca na Classificação Brasileira de Ocupações de 2002 o grande grupo dos Profissionais das Ciências e das Artes como aquele onde se enquadra funcionalmente a maior parte da classe criativa brasileira.

Sabe-se que os migrantes qualificados têm vantagens na inserção e permanência no mercado de trabalho de destino em relação ao migrante de menor qualificação, especialmente nos espaços mais dinâmicos (Baeninger, 2012). Corroborando com esse quadro a conjuntura favorável do Brasil no período de 2004 a 2014, em que houve melhora do contexto econômico, com reflexo sobre o desenvolvimento e expansão de políticas públicas, infraestrutura, melhorias educacionais e o aquecimento no mercado de trabalho formal (Baltar et al., 2010; Jannuzzi, 2016). Além de ter intensificado a migração de mão de obra qualificada, tal contexto pode ter favorecido a inserção ocupacional destes nas regiões de destino.

Entretanto, após o decênio de crescimento econômico com políticas públicas inclusivas (2004-2014), segue-se um cenário de crise político-econômica, levando ao baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento do desemprego, precarização dos postos de trabalho, perda salarial e de direitos, com a reforma trabalhista de 2017, além do congelamento dos gastos sociais (Manni; Menezes-Filho; Komatsu, 2017; Perondi, 2017; Dota; Queiroz, 2019). Nesse cenário, a inserção ocupacional dos migrantes qualificados também pode ser afetada, apesar da escolaridade (Manni; Menezes-Filho; Komatsu, 2017).

Portanto, o presente estudo tem como objetivo principal verificar como o contexto econômico favorável a partir de 2004 afetou as condições de inserção ocupacional dos migrantes



segundo a qualificação e a região de destino. Para isso, faz-se uso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) dos anos de 2005, 2011 e 2015, fazendo a distinção entre migrantes qualificados, aqueles com instrução superior completa, e migrantes menos qualificados, aqueles sem instrução ou com nível abaixo do superior completo. A PNAD 2015 fornece os microdados mais recentes acerca das migrações no país, e o quesito utilizado (data fixa), referente a migração em um intervalo quinquenal, definiu os demais anos a serem analisados, de modo a cobrir o período delineado para a análise.

Quanto à estrutura do trabalho, após esta introdução, a revisão de literatura traz mais detalhes sobre a migração, tanto o *brain drain* internacional quanto a relação entre migração e qualificação no contexto regional brasileiro, para poder avançar na análise da inserção ocupacional dos migrantes. Em seguida, são apresentadas as definições e procedimentos metodológicos adotados para o alcance dos objetivos propostos. Na seção 4 se analisa a inserção ocupacional dos migrantes inter-regionais (qualificados e menos qualificados). Por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

## 2 Referencial teórico

### 2.1 *Brain Drain*: migração qualificada no contexto internacional

A migração de mão de obra qualificada refere-se, basicamente, aos deslocamentos praticados por pessoas com escolaridade mais elevada dentro de um país ou para o exterior. Dependendo do objetivo de pesquisa, pode ser definida como o indivíduo que migra tendo ensino superior completo (Torres, 2016), ou que ao menos ingressou em tal nível de ensino (Bezerra; Silveira Neto, 2008). Mas há também estudos que consideram os indivíduos ‘altamente’ qualificados, isto é, com mestrado ou doutorado (Sabbadini; Azzoni, 2006).

Uma outra perspectiva é a definição baseada em categorias profissionais (Castells, 1999; Drucker, 2002; Florida, 2014; Mello, 2007; Solimano, 2006), em vez do nível de instrução ou anos de escolaridade. Discutindo a ideia de uma força de trabalho global na nova economia que surgiu com a revolução da tecnologia da informação, Castells (1999) descreve a mão de obra especializada como constituída por profissionais que possuem a capacidade de gerar valor agregado excepcional.

Segundo Castells (1999), trata-se de uma ‘elite profissional global’ para a qual o mercado global se integra cada vez mais, pois “sendo excepcionalmente requisitada no mundo inteiro [...] não seguirá as regras normais das leis de imigração, de salários e das condições de trabalho” (Castells, 1999, p. 171). Circulam, assim, em “uma rede científica global que, apesar de assimétrica, garante a comunicação e a difusão das descobertas e do saber” (Castells, 1999, p.



171).

Essa visão é apoiada por Druker (2002) que denomina os “trabalhadores de conhecimento” como aqueles que se apropriam do conhecimento como um meio de produção, e cujo trabalho intelectual resulta em ideias, informações e conceitos. Para o referido autor, o contingente desses trabalhadores cresce com a busca da aplicação do conhecimento ao próprio conhecimento, terceiro momento de sua dinâmica, precedido pela aplicação do conhecimento às ferramentas, processos e produtos, e posteriormente ao trabalho humano. Com isso, o conhecimento torna-se cada vez mais significativo em relação aos fatores de produção tradicionais, de modo que os trabalhadores que o adquirem apresentam alta independência e mobilidade.

Florida (2014), por sua vez, desenvolve a discussão em torno do conceito de “classe criativa”, uma classe emergente de trabalhadores que tem o papel de criar novas ideias, tecnologias e outros conteúdos. Ressalta que, sendo emergente, tal classe é menos numerosa em relação a classe de trabalhadores na prestação de serviços, que cresceu com a ascensão da sociedade pós-industrial, porém é mais influente devido a sua importância econômica. Para o autor (2014), a definição da classe criativa vai além da medida convencional de capital humano pelo número de diplomados, capturando um grupo diferente de pessoas, embora sobreposto em parte.

De forma semelhante, Solimano (2006) também destaca o valor econômico desses profissionais e busca distinguir ‘categorias de talento’ a partir de características ocupacionais, sob a justificativa de que, ao migrar entre países, “diferentes tipos de talentos podem ter uma contribuição diferenciada para o desenvolvimento. Alguns contribuem diretamente para a criação de riqueza, outros para o avanço tecnológico e outros para atividades culturais” (Solimano, 2006, p. 9, tradução nossa).

Nos estudos que tratam especificamente a migração desses indivíduos, seja considerando a formação superior ou categorias profissionais específicas, a temática é frequentemente referida como “fuga de cérebros” ou “brain drain” na literatura internacional. O termo surgiu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com referência a “migração de mão-de-obra qualificada da Europa destruída para os Estados Unidos vencedor” (Guimarães, 2002, p. 706), e a literatura cresceu dando destaque a transferência de capital humano das regiões em desenvolvimento para as regiões desenvolvidas (Sabbadini; Azzoni, 2006; Bezerra; Silveira Neto, 2008; Torres, 2016). A crescente preocupação com os possíveis resultados da transferência de recursos na forma de capital humano nessa direção produziu uma extensa literatura internacional acerca do tema.

Contudo, mesmo os primeiros trabalhos sobre o tema já questionavam a ideia de perda ou fuga de cérebros. Grubel e Scott (1966), por exemplo, discordavam de que as discussões devessem ser fundamentadas no ideal de maximização do poder militar e econômico, pois levava as nações a evitar a perda de população, especialmente de recursos qualificados, e acentuava a conotação



negativa da fuga de cérebros. Johnson (1967) também atribui a origem do conceito de “fuga de cérebros” à visão nacionalista de busca do bem-estar econômico, mas também cultural, de um estado ou nação, que desconsidera o bem-estar dos naturais que decidiram emigrar e dos residentes de outras nações. Com isso, tais autores reafirmam o seu posicionamento favorável à migração de talentos.

Após duas ondas de estudos nas décadas de 1960 e 1970, discutindo principalmente a existência ou não de perdas e as condições em que poderiam ocorrer, a questão ressurge em um novo contexto, como um aspecto da globalização (Docquier; Rapoport, 2011). Entretanto, os principais fluxos continuam em direção aos países de alta renda, permanecendo também as discussões quanto a contribuição da migração de pessoas qualificadas para a desigualdade internacional, apesar do reconhecimento crescente quanto aos benefícios globais dessa mobilidade e quanto à existência de efeitos positivos para a origem (Solimano, 2006; Docquier; Rapoport, 2011).

## 2.2 Migração e qualificação no contexto regional brasileiro

Segundo Singer (2002, p. 36), “a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas”, desde o início da industrialização nos moldes capitalistas: certas regiões atraem e acumulam atividades econômicas, população e vantagens, com a difusão do progresso a partir destas não se dando para além de um âmbito territorial muito pequeno, enquanto outras empobrecem relativamente e experimentam os fatores de expulsão, gerando desperdício de recursos físicos, naturais e humanos (Singer, 2002).

Nas áreas de destino dos fluxos de população atuam fatores de atração, dentre os quais a demanda por força de trabalho sempre assumiu um importante papel. Junto as oportunidades econômicas também se colocam alguns obstáculos, como a falta de recursos ou de qualificação do migrante, que podem levar a sua não absorção (Singer, 2002). Nesse sentido, podem ser observados diferentes significados da migração, que pode proporcionar para alguns uma melhor inserção sócio-ocupacional, enquanto para outros seria uma estratégia de sobrevivência (Jannuzzi, 2000), motivada por fatores de expulsão (Singer, 2002).

Com a desconcentração espacial da atividade produtiva nos anos de 1970, novas regiões despontaram como polos dinâmicos na criação de empregos (Jannuzzi, 2000). A atuação governamental no sentido do desenvolvimento regional, enfatizado o desenvolvimento de infraestrutura de serviços e incentivos econômicos para a instalação de empresas nos locais que antes foram pouco favorecidos, reproduz, segundo Singer (2002), o mesmo fenômeno de concentração, criando novos locais de atração populacional e levando a intensificação, e não diminuição, das migrações internas.



Conforme Jannuzzi (2000), antes que a questão da relação entre migração, mercado de trabalho e mobilidade social fosse melhor entendida, foram identificadas novas tendências nos anos de 1980. A industrialização e a migração rural-urbana perderam a ‘força transformadora’, ao passo que nos anos de 1990, com a reestruturação produtiva, o desemprego tornou-se um problema estrutural e o perfil posicional sinalizava para a precarização. Nesse cenário, postos de trabalho formal de gestão e diretoria, assim como outros trabalhos de maior qualificação foram enxugados na empresa privada e na indústria. E assim, a mobilidade espacial se dava em um contexto de incertezas quanto aos resultados no destino (Jannuzzi, 2000).

Assim, desde os anos de 1980 passa a crescer a classe identificada por Standing (2014) como precariado, que é heterogênea e inclui, dentre outros, os migrantes e os indivíduos cujo trabalho que exerce não coincide com a qualificação adquirida. Para o autor, a nova classe não é a classe trabalhadora, classe média ou composta por informais, mas indivíduos que tem em comum uma existência precária. Assim, a sua principal característica é a insegurança econômica em diversos aspectos, experiência que se multiplicou com a propagação do trabalho flexível associado à globalização e a sua competitividade e individualismo (Standing, 2014).

É importante acrescentar que desde meados do século XX, ainda no contexto da migração rural-urbana e diversificação da estrutura ocupacional decorrente da industrialização e urbanização, o aumento da oferta de serviços educacionais também contribuiu para os resultados da mobilidade ocupacional e social (Jannuzzi, 2000). E isso se acentua mais recentemente, com o processo de expansão, descentralização/interiorização e democratização do acesso a cursos superiores, especialmente a partir dos anos 2000 (Suliano, 2013; Salata, 2018). Para Serrano et al. (2013), pessoas com nível de educação superior no Brasil são ainda escassas e concentradas, embora estejam se dispersando pelo país, em parte pela difusão de cursos superiores, mas também com contribuição importante do processo migratório.

É nesse contexto que tem sido verificado aumento na migração de pessoas mais qualificadas em anos recentes (Serrano et al., 2013; Rigotti; Fazito; Campos, 2014). Rigotti, Fazito e Campos (2014), por exemplo, observam intensificação dos fluxos de população qualificada relativamente a de menor escolarização, considerando a migração entre as microrregiões brasileiras, nos últimos três Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

Os estudos referentes ao contexto nacional realizados a partir da literatura do *brain drain* investigam os efeitos da fuga de cérebros sobre as áreas de origem dos fluxos, além dos determinantes de tal mobilidade (Portes, 1976; Carvalho, 2004; Mata et al., 2008; Torres, 2016; Pinto; Ramalho, 2016). Nessas abordagens é possível identificar certo destaque para o dinamismo econômico, ratificando a associação das migrações, em especial de pessoas mais qualificadas, com a busca por trabalho. Isso também atribui relevância a uma análise mais detida sobre a inserção



ocupacional do migrante qualificado na área de destino, para saber como o potencial dessa mão de obra está sendo utilizado.

### 2.3 Contexto de inserção ocupacional do migrante qualificado

Conforme delineados por Mello (2007), os trabalhadores do conhecimento que formam a classe criativa brasileira atuam, em sua maioria, como profissionais das ciências, do ensino e das artes, tendo formação em nível superior e contribuindo mais diretamente ao processo de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Assim, a migração de indivíduos mais qualificados é estudada por serem de grande importância em termos econômicos, devido as profissões que podem exercer (Domeniconi; Baeninger, 2017; Solimano, 2006).

No cenário recente das migrações no Brasil, são identificados o aumento da circularidade (migrações com maior rotatividade, mais etapas/fases e/ou retorno) e o surgimento de novas formas de deslocamento (pendularidade diária para estudo ou trabalho, por exemplo), que caracterizam uma complexificação crescente (Baeninger, 2012; Rigotti; Fazito; Campos, 2014; Campos, 2018). Segundo Campos (2018), justamente nesses espaços mais dinâmicos, que abrigam as grandes metrópoles articuladoras da mobilidade populacional e tendem a ser atrativos para indivíduos com maior escolaridade, há uma tendência de aumento também da seletividade das migrações em relação a atributos tanto individuais quanto familiares ou das redes de suporte, no que tange aos padrões de formação domiciliar e coresidência.

Por outro lado, é possível que a conjuntura brasileira a partir da primeira década do século XXI, especificamente a partir de 2004, tenha favorecido a inserção ocupacional do migrante qualificado, além de afetar o volume e direção dos fluxos migratórios. Nesse período, o Brasil foi um dos países emergentes que se beneficiou com o quadro econômico internacional favorável, que somado as linhas básicas de política macroeconômica reduziu a inflação e acelerou o crescimento do PIB, sustentado tanto pelas exportações de *commodities* quanto pela atuação do Estado na relação consumo-investimento, também elevando importações (Baltar et al., 2010).

Outras políticas públicas importantes foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a exemplo do programa de habitação Minha Casa, Minha Vida e do Luz para Todos, além de diversas outras iniciativas na área de infraestrutura para transporte, recursos hídricos, energia e combustíveis. Segundo Jardim e Silva (2015), o PAC I e II foram de grande importância para a geração de emprego e renda no país, inclusive ajudando a contornar os efeitos da crise econômica de 2008.

Desse modo, também foram observados efeitos positivos no mercado de trabalho, com o aumento das ocupações, inclusive do emprego formal, e do rendimento do trabalho, a partir da valorização real do salário mínimo (Baltar, et al., 2010). Considerando o período de 2003 a 2013,



Saboia (2014) destaca que apesar da tensão política em torno de 2003 e da crise internacional de 2008, o mercado de trabalho continuou apresentando indicadores favoráveis: “a taxa de desemprego continua em trajetória descendente. O nível de renda da população permanece crescendo. A formalização do mercado de trabalho aumentou bastante nos últimos anos e se mantém em elevação” (Saboia, 2014, p.115).

Por outro lado, em um cenário recessivo para o mercado de trabalho, como o que passou a vigorar a partir de 2014, mesmo aqueles mais qualificados podem ter sido afetados (Manni; Menezes-Filho; Komatsu, 2017; Perondi, 2017; Dota; Queiroz, 2019). Em uma comparação entre as recessões de 1996-2003 e 2012-2016, Manni, Menezes-Filho e Komatsu (2017) mostram que o desemprego é diretamente impactado em contextos recessivos, tendo aumentado mais rapidamente na atual recessão. Comentando, brevemente, sobre a evolução na taxa de desemprego por anos de estudo, os autores apontam que embora as pessoas com mais de 12 anos de escolaridade apresentem taxas mais baixas, a recessão aumentou o desemprego entre elas em proporções semelhantes as observadas entre as pessoas com menos instrução.

Vale lembrar que um dos determinantes para a “fuga de cérebros” internacional é a não absorção dessa mão de obra qualificada pela estrutura ocupacional do país de origem. Nesse sentido, a perda do capital humano ocorre, a princípio, com a sua não utilização ou subutilização, especialmente nos países em desenvolvimento (Portes, 1976; Martine, 2005), o que constitui uma perda também para o indivíduo. No Brasil, por um lado, a mão de obra qualificada tem, em certa medida, se desconcentrado via descentralização da oferta de ensino superior (Serrano et al., 2013), mas por outro continua dirigindo-se para áreas litorâneas, configurando um divisor Leste-Oeste (Rigotti; Fazito; Campos, 2014), e indicando que as oportunidades de trabalho para esta mão de obra permanecem concentradas.

Em síntese, os estudos selecionados sobre a migração de mão de obra qualificada no exterior e no Brasil serão base para uma análise e contribuição à temática, avançando para as características ocupacionais destes migrantes nas regiões de destino, contextualizadas na dinâmica econômica, social e política que configura diferentes momentos no país, no período entre 2000 e 2015.

### **3 Métodos**

#### **3.1 Fonte de dados, recorte temporal e definição dos migrantes**

O presente estudo adota uma abordagem descritiva e analítico-comparativa na análise da inserção ocupacional dos migrantes inter-regionais no Brasil segundo a qualificação, entre 2000 e 2015. Para a análise proposta são utilizados dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra



de Domicílios (PNAD), especificamente dos anos 2005, 2011 e 2015, dado que a PNAD 2015 é a última e mais recente com informações sobre a dinâmica migratória no país. Assim, busca-se captar os efeitos de diferentes momentos, uma vez que o objetivo do trabalho tem como pano de fundo a dinâmica econômica, social e política em distintos contextos no Brasil. Abrange o início do período de crescimento, investimentos e empregos observados a partir de 2003, bem como o auge dessa dinâmica positiva para o mercado de trabalho por volta do ano de 2010 (Baltar et al., 2010; Saboia, 2014; Dota; Queiroz, 2019), indo até a conjuntura de crise político-econômica que teve início em 2014 (Manni; Menezes-Filho; Komatsu, 2017; Dota; Queiroz, 2019).

A PNAD é uma pesquisa amostral coletada em domicílio, e em sua versão anual dispõe de informações sobre migração e mercado de trabalho, dentre outros temas, até o ano de 2015. Sendo amostral, não é aplicada em todos os municípios ou para amostras muito grandes, o que pode implicar em perda de representatividade no caso de filtros sucessivos em pequenas escalas de análise. No caso da análise de fluxos migratórios, é possível desagregar a informação até às Unidades da Federação (Ervatti; Oliveira, 2011). Neste estudo, apesar do uso de alguns filtros (idade, escolaridade, migrante) na definição da categoria de análise, o estudo é para o Brasil segundo grandes regiões, o que favorece a representatividade.

Dependendo do quesito em que se baseia a informação, há diferentes maneiras de identificar as migrações. No presente trabalho será utilizado o quesito de data fixa, que compara a região em que o indivíduo foi entrevistado com aquela em que o mesmo residia exatos 5 anos antes da data de referência da pesquisa. Utilizando esse quesito, são classificados como migrantes aqueles que residiam, há 5 anos atrás, em região diferente da região de residência atual, e como não migrantes aqueles que residiam na mesma região nos dois momentos (Rigotti, 1999). Um filtro adicional foi usado para selecionar apenas os migrantes com 25 anos ou mais, para especificar melhor o migrante qualificado, pois conforme Rigotti, Fazito e Campos (2014), considerando a população adulta (25 anos ou mais) com ensino superior completo tem-se uma aproximação com alta correlação com a qualificação. Por conseguinte, ficam definidos como migrantes menos qualificados aqueles com 25 anos ou mais, sem instrução ou com nível abaixo do superior completo.

### 3.2 Variáveis para análise da inserção ocupacional

A análise da inserção do migrante qualificado e menos qualificado no mercado de trabalho pode valer-se de informações como a condição de atividade, da qual podem ser derivadas taxas de atividade e inatividade; taxas de ocupação e desocupação; posição na ocupação, a partir da qual é possível observar a formalização; grupamentos de atividade; e rendimento (Queiroz, 2013; Cavalcanti; Oliveira; Tonhati, 2014).



Quadro 1: Variáveis selecionadas na PNAD dos anos de 2005, 2011 e 2015, para análise da inserção ocupacional dos migrantes qualificados

PNAD	Variável	Descrição	Classificação
<b>CONDIÇÃO DE ATIVIDADE</b>			
2005	V4704	Condição de atividade na semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Economicamente ativos (PEA)
2011			Não economicamente ativos (PNEA)
2015			
<b>CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO</b>			
2005	V4705	Condição de ocupação na semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Ocupados (PO)
2011	V4805		Desocupados (PD)
2015			
<b>POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO</b>			
2005	V4706	Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Empregado com carteira
2011			Militar ou funcionário público estatutário
2015			Empregado sem carteira Conta própria Empregador Trabalhador na produção/construção para o próprio uso e não remunerados
<b>GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE</b>			
2005	V4809	Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Agrícola
2011			Indústria (indústria de transformação ou outras atividades industriais)
2015			Construção Comércio e reparação Serviços (alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; serviços domésticos ou outros serviços coletivos, sociais e pessoais) Administração pública Educação, saúde e serviços sociais Outras atividades Atividades mal definidas
<b>FAIXAS DE RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS</b>			
2005	V9532	Rendimento mensal em dinheiro que recebia normalmente, no mês de referência, no trabalho principal da semana de referência	Valor em reais, categorizado entre: Até 1
2011			Mais de 1 a 2
2015			Mais de 2 a 5 Mais de 5 a 10 Mais de 10

Fonte: Organizado a partir do dicionário de variáveis das PNADs de 2005, 2011 e 2015 - IBGE.

A partir dessas informações são construídos alguns outros indicadores. Considerando as categorias da condição de atividade e da condição de ocupação, pode-se calcular a taxa de atividade, relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA). Um outro indicador é a taxa de ocupação, que se refere a participação da população ocupada dentre aquela economicamente ativa (Queiroz, 2013).

Para os grupamentos de atividade, a partir das categorias pré-estabelecidas na base de dados, alguns agrupamentos se fizeram necessários para fins de simplificação da apresentação e análise dos resultados. Assim, as categorias referentes a atividades industriais e de prestação de serviços foram agrupadas sob as denominações de Indústria e Serviços, respectivamente.

No que diz respeito as faixas de rendimento em salários-mínimos foram utilizadas a



variável que informa sobre o valor do rendimento em reais, posteriormente atualizado para 2015 e categorizado nas faixas de salário conforme o Quadro 1, considerando o valor do salário-mínimo de 2015, que era de R\$ 788,00. Para atualizar o rendimento, utilizou-se a razão entre os números-índices dos respectivos anos multiplicada pelos valores dados pela variável de rendimento, isto é, a razão entre os números-índices de 2015 (4.509,24) e 2005 (2.545,47) para atualizar o rendimento de 2005, e entre os números-índices de 2015 (4.509,24) e 2011 (3.449,76) para atualizar o rendimento de 2011, considerando o mês de setembro como referência. Os números-índices referentes ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) foram extraídos da tabela 1.736, do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

#### 4 Resultados e discussão

Antes de indicar os diferenciais e mudanças nas condições de ocupação do migrante inter-regional, analisa-se sua condição de atividade na Tabela 1, que traz os volumes da População em Idade Ativa (PIA), Economicamente Ativa (PEA), Ocupada (PO) e Desocupada (PD). De início, cabe observar que independente da região de destino ou período de análise, a taxa de atividade se mostra maior entre os migrantes qualificados.

Observando os resultados por região, vê-se que a diferença é significativamente mais ampla no Centro-Oeste, onde é registrada taxa de atividade de 93,70% para os migrantes qualificados, a maior no período (2005), contra uma taxa de 73,66% para os migrantes menos qualificados. Há entre esses últimos, portanto, maior contingente de migrantes que embora estejam em idade ativa, não fazem parte da PEA apta a contribuir no setor produtivo. Por outro lado, ainda em 2005, a menor taxa de atividade para os migrantes qualificados foi registrada na região Sul (76,84%), inclusive muito próxima à verificada entre os menos qualificados na mesma região (75,25%). Para os menos qualificados, há menos ativos entre os migrantes que se dirigiram ao Nordeste (73,06%) e ao Sudeste (73,33%).

Tabela 1 – Distribuição dos migrantes segundo condição de atividade e de ocupação, qualificação e região de destino - Brasil - 2005, 2011 e 2015

Condição de Atividade e de Ocupação	Qualificados					Menos Qualificados				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
	2005									
PIA*	20.970	31.103	44.398	36.000	46.324	157.307	469.845	378.342	181.669	244.242
PEA	18.345	26.103	37.209	27.662	43.406	125.507	343.259	277.433	136.703	179.909
PO	17.697	24.535	36.248	26.483	40.021	118.645	305.301	247.721	125.995	159.386
PD	648	1.568	961	1.179	3.385	6.862	37.958	29.712	10.708	20.523
Tx. Atividade (PEA/PIA)	87,48	83,92	83,81	76,84	93,70	79,78	73,06	73,33	75,25	73,66
Tx. Ocupação (PO/PEA)	96,47	93,99	97,42	95,74	92,20	94,53	88,94	89,29	92,17	88,59



Tx. Desempr. (PD/PEA)	3,53	6,01	2,58	4,26	7,80	5,47	11,06	10,71	7,83	11,41
2011										
PIA*	22.307	38.342	59.330	36.359	51.582	108.396	359.236	304.247	101.843	231.060
PEA	20.697	32.636	51.069	29.410	43.179	80.428	243.242	242.818	76.764	170.296
PO	20.033	30.797	48.065	27.518	42.258	74.880	220.711	225.600	72.024	161.527
PD	664	1.839	3.004	1.892	921	5.548	22.531	17.218	4.740	8.769
Tx. Atividade (PEA/PIA)	92,78	85,12	86,08	80,89	83,71	74,20	67,71	79,81	75,37	73,70
Tx. Ocupação (PO/PEA)	96,79	94,37	94,12	93,57	97,87	93,10	90,74	92,91	93,83	94,85
Tx. Desempr. (PD/PEA)	3,21	5,63	5,88	6,43	2,13	6,90	9,26	7,09	6,17	5,15
2015										
PIA*	10.690	25.017	49.569	28.827	42.473	50.434	221.269	241.522	113.216	136.301
PEA	9.202	20.714	39.843	23.034	34.332	35.372	152.463	181.266	83.013	106.860
PO	8.670	16.372	39.207	21.628	33.118	33.743	125.669	163.503	77.156	100.750
PD	532	4.342	636	1.406	1.214	1.629	26.794	17.763	5.857	6.110
Tx. Atividade (PEA/PIA)	86,08	82,80	80,38	79,90	80,83	70,14	68,90	75,05	73,32	78,40
Tx. Ocupação (PO/PEA)	94,22	79,04	98,40	93,90	96,46	95,39	82,43	90,20	92,94	94,28
Tx. Desempr. (PD/PEA)	5,78	20,96	1,60	6,10	3,54	4,61	17,57	9,80	7,06	5,72

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2005, 2011 e 2015.

\* Como a definição dos migrantes, conforme a seção Métodos, filtrou a população com idade maior ou igual a 25, a PIA migrante ficou restrita ao intervalo de 25 a 64 anos.

No segundo período (2011), a melhora na dinâmica econômica vivenciada no Brasil no período de 2004 a 2014 se mostrou mais favorável a inclusão produtiva de migrantes qualificados, cuja taxa de atividade cresceu em quase todas as regiões, enquanto entre os migrantes menos qualificados decresceu ou permaneceu no mesmo patamar, sendo verificado crescimento apenas no Sudeste. O quadro econômico que compreende esse período é marcado pela geração de oportunidades ocupacionais, em maior medida nos setores não manufatureiros, notadamente ocupações formais e de rendimento elevado (Baltar, 2014), possivelmente ocupados por perfis profissionais mais qualificados. Cacciamali e Tatei (2016) também apontam para expansão na oferta de trabalho com maior escolaridade no período entre 2004 e 2008, em paralelo a formalização de empregos pouco qualificados.

Contudo, para os migrantes do período 2010/2015, a taxa de atividade apresenta queda generalizada em relação ao período anterior, voltando, inclusive, a taxas inferiores as observadas em 2005, em grande parte das regiões (Tabela 1). Essa piora parece ter sido maior entre os migrantes qualificados, visto que entre os menos qualificados, o Centro-Oeste e o Sudeste ainda mantiveram avanços em relação ao primeiro período. Conforme Baltar e Leone (2015), a queda no PIB e o crescimento da inflação verificados após 2013 sinalizavam para a reversão dos avanços quanto ao nível de emprego e poder de compra da renda do trabalho no Brasil. Nesse contexto, se constata efeitos negativos sobre a inserção produtiva dos migrantes, principalmente qualificados, em 2015 (Tabela 1), decorrentes do quadro recessivo na economia com impactos no mercado de trabalho nacional (Cacciamali; Tatei, 2016; Manni; Menezes-Filho; Komatsu, 2017; Perondi,



2017; Dota; Queiroz, 2019).

Quanto as taxas de ocupação e desemprego (Tabela 1), em 2005, nota-se maior ocupação e, portanto, menor desemprego entre os migrantes qualificados. A taxa de desemprego para estes varia de 2,6% no Sudeste a 7,8% no Centro-Oeste, ao passo que entre os menos qualificados essa taxa parte de 5,5% no Norte e alcança mais de 11% no Centro-Oeste e Nordeste. Assim, se observa seletividade no mercado de trabalho para os migrantes, sendo a escolaridade uma condição essencial para a chance de ocupação (Silva Filho; Clementino, 2013).

Em 2011, o Centro-Oeste que anteriormente exibia as maiores taxas de desemprego passa a apresentar as maiores taxas de ocupação, para migrantes qualificados (96,8%) e menos qualificados (94,9%). Cabe lembrar que a região se mostra como o mais importante destino para as migrações nesse período (2006/2011), ao registrar os maiores saldos, principalmente quanto a migração qualificada. Segundo Leal e Linhares (2014), a economia do Centro-Oeste cresceu significativamente nas últimas décadas, se consolidando no agronegócio com a produção de grãos e criação bovina associada aos mercados externos. Apesar do maior peso agropecuário, os setores industrial e de serviços, este último mais concentrado no Distrito Federal, tem crescido na região. Assim, o Centro-Oeste passou a contribuir mais no PIB brasileiro, o que segundo os autores (2014) também atesta o importante movimento de ocupação demográfica no interior do país. As maiores taxas de desemprego são registradas, nesse período, para migrantes qualificados no Sul (6,4%) e menos qualificados no Nordeste (9,3%).

Nesse período também cresce o desemprego entre migrantes qualificados no Sudeste, de 2,6% para 5,9%, dado que a “retração econômica no Brasil [por ocasião da crise imobiliária e financeira internacional de 2008] incidiu maiormente nas regiões onde a atividade econômica fora mais dinâmica e associada ao mercado internacional, como a região Sudeste” (Cacciamali; Tatei, 2016, p. 111), resultando em destruição de postos de trabalho qualificados.

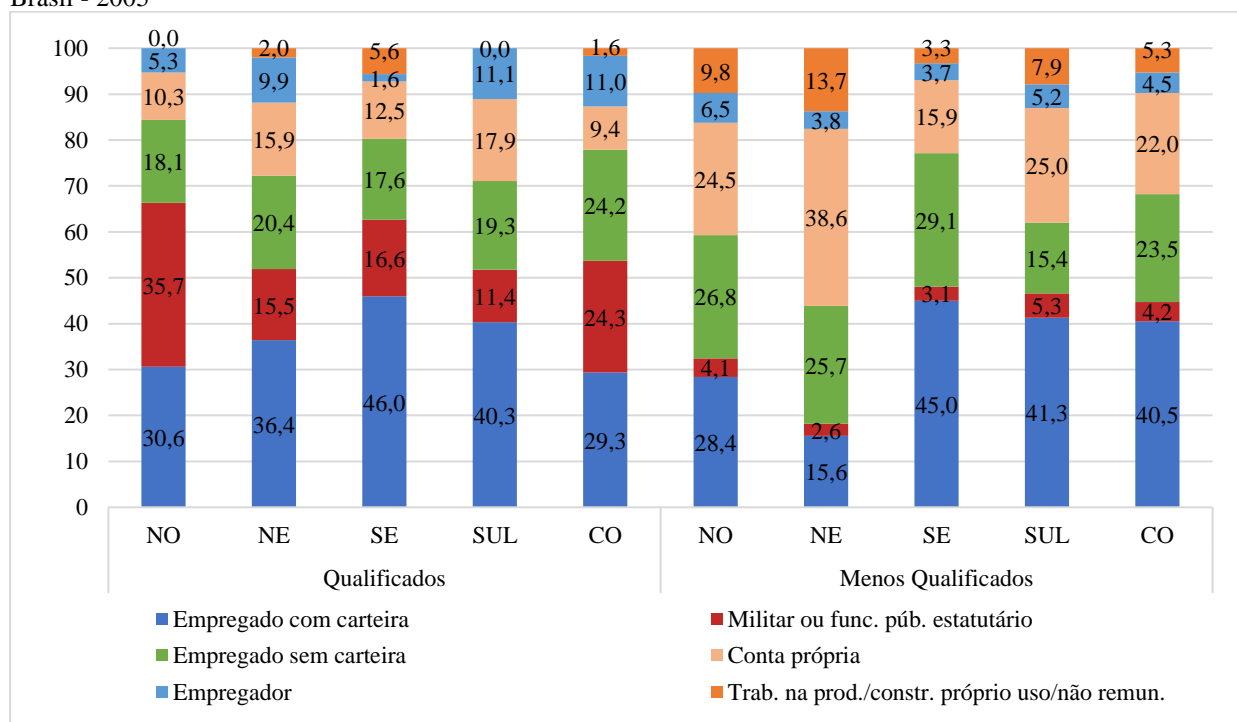
Como já sinalizado pelas taxas de atividade analisadas anteriormente, em 2015 há piora no mercado de trabalho brasileiro. Segundo Dota e Queiroz (2019), após 2011 é verificada uma tendência de redução do saldo de vagas de trabalho geradas, que culmina na destruição de postos em 2015, em virtude da crise econômica e política vivenciada no país. Nesse contexto, é registrado entre os migrantes um declínio nas taxas de ocupação e, conseqüentemente, aumento do desemprego em muitas regiões. No Sudeste, Centro-Oeste e Sul, o desemprego permaneceu maior entre os menos qualificados.

Por outro lado, em 2015, impressiona a taxa de desemprego registrada para os migrantes no Nordeste, qualificados (21,0%) ou menos qualificados (17,6%), assim como o fato de prejudicar em maior medida os migrantes qualificados. Ademais, na região Norte, a taxa de desemprego também cresceu entre os qualificados (de 3,2% para 5,8%, entre 2011/2015), ao passo

que mostrou redução entre os migrantes menos qualificados (de 6,9% para 4,6%, entre 2011/2015), resultando maior entre os primeiros. Assim, vê-se também que entre os migrantes, a escolaridade elevada não impede os efeitos de um contexto recessivo, cujo impacto direto é sobre o desemprego (Manni; Menezes-Filho; Komatsu, 2017).

Quanto a posição na ocupação, apresentada nos Gráficos 1 a 3, em 2005 (Gráfico 1) fica claro que os migrantes qualificados também estão melhor inseridos em relação aos menos qualificados, com diferenças mais amplas nas regiões Norte e Nordeste. As diferenças regionais novamente destacam o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste com resultados melhores, tendo em vista que mesmo entre os menos qualificados se sobressai o percentual de empregados com carteira, enquanto no Norte e, principalmente, no Nordeste, essa categoria perde espaço para os migrantes que trabalham como conta própria ou sem carteira assinada. Também chama atenção nessas duas regiões o percentual relativamente elevado de migrantes menos qualificados na produção para o próprio consumo, construção para o próprio uso ou não remunerados, apontando precariedade ocupacional entre esses migrantes, especialmente no Nordeste e Norte.

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos migrantes segundo posição na ocupação, qualificação e região de destino - Brasil - 2005



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2005.

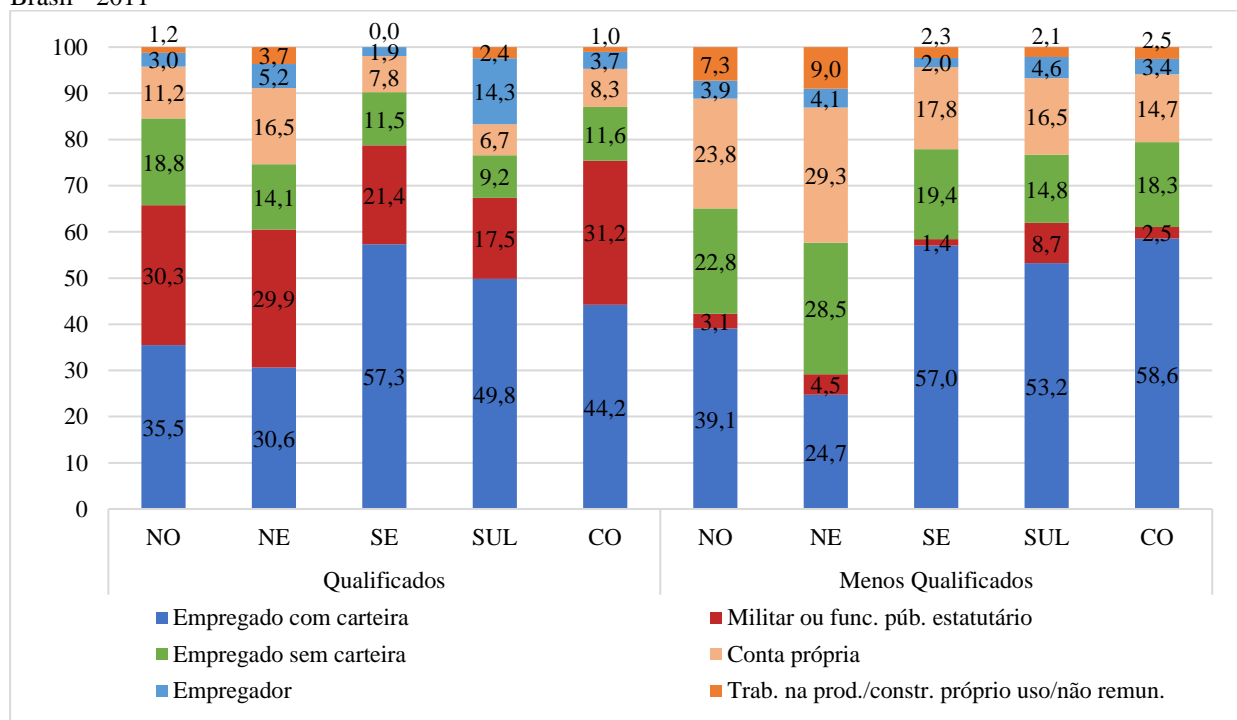
A partir da posição na ocupação pode-se fazer algumas observações quanto ao grau de formalização, ao pensar em conjunto algumas de suas categorias, dependendo da natureza do contrato de trabalho. Em geral, são considerados formais aqueles com carteira de trabalho assinada, os militares e os funcionários públicos estatutários. Já as posições sem carteira assinada

e de conta própria são entendidas como informais (Queiroz, 2013; Neto, 2014).

Nesse sentido, é notável em 2005 a maior participação de qualificados inseridos em ocupações formais, em maior medida no Norte, devido à elevada participação de migrantes militares ou funcionários públicos. Entre os menos qualificados, por outro lado, são maioria os migrantes inseridos em ocupações informais, notadamente nas regiões Nordeste e Norte. Quanto ao Nordeste, Baltar e Leone (2007, p. 137) explicam que apesar dos avanços na formalização no período entre 2002 e 2005 na região, “seu baixo nível no grau de formalização contribuiu para que mais da metade da ampliação da ocupação total continuasse sendo de outras formas de ocupação, que não o emprego formal (emprego sem carteira, trabalhos por conta própria, emprego doméstico, empregadores)”.

As melhorias no mercado de trabalho no período intermediário (2003/2010) refletiram, principalmente, na maior frequência de migrantes trabalhando com carteira assinada, independente da qualificação e em praticamente todas as regiões (Gráfico 2). A exceção foi para os migrantes qualificados que chegaram ao Nordeste, onde a referida categoria perdeu espaço para o percentual de migrantes na posição de militar ou funcionário público estatutário, que praticamente dobrou. A crescente participação de militares ou funcionários públicos estatutários entre os migrantes qualificados foi um resultado verificado em todas as regiões, exceto Norte que já apresentava percentual elevado no período anterior.

Gráfico 2 – Distribuição percentual dos migrantes segundo posição na ocupação, qualificação e região de destino - Brasil - 2011

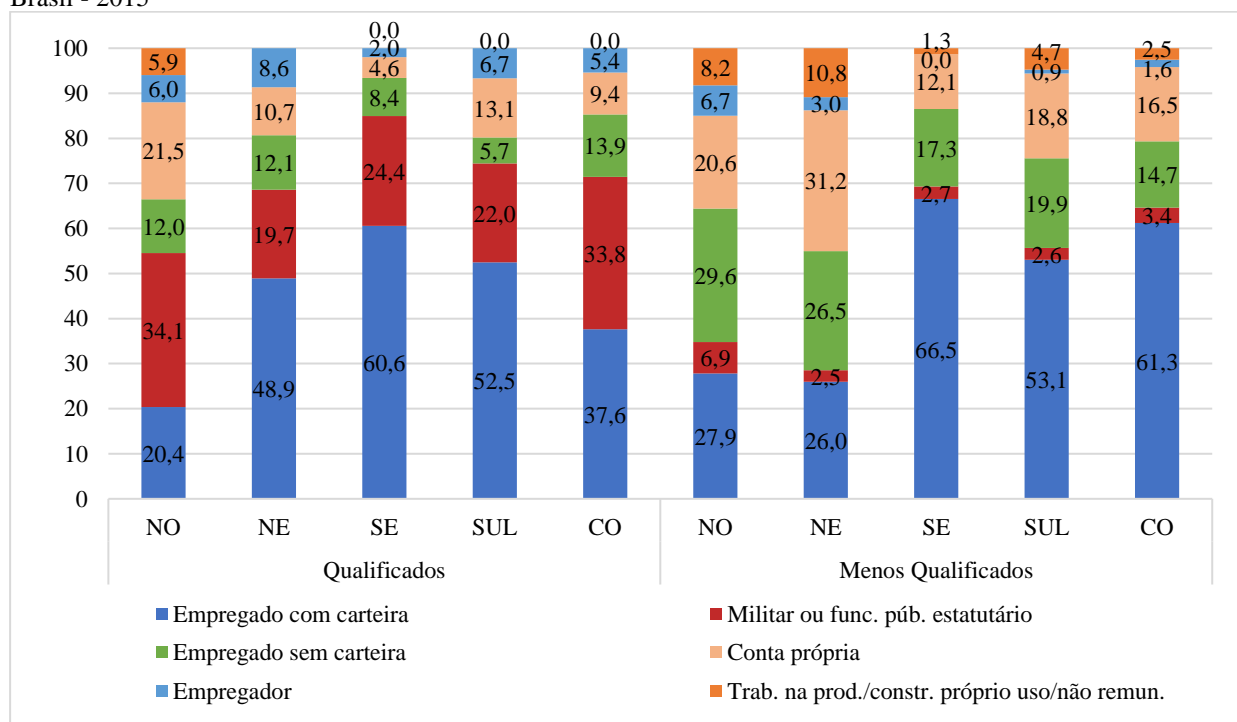


Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2011.

Com isso, o cenário quanto a formalização do migrante melhora em 2011, visto o aumento na inserção formal, independente da qualificação, em quase todas as regiões. Contudo, nesse período também se mostram mais claros os diferenciais regionais, uma vez que passa a ser constatada maior informalidade no Nordeste e no Norte, em relação as demais regiões, mesmo entre os migrantes qualificados. O Norte e o Nordeste são regiões cujo mercado de trabalho ainda é caracterizado pela elevada informalidade em relação às demais (IBGE, 2019).

Em 2015 (Gráfico 3) o Sudeste desponta como a região de destino em que os migrantes conseguem melhores posições de trabalho, principalmente se forem qualificados. De outro lado, Nordeste e Norte se firmam como regiões em que a inserção do migrante, do ponto de vista da posição ocupacional, é mais precária, notadamente entre os menos qualificados. O resultado deriva do quadro estrutural do mercado de trabalho nessas regiões, cujos indicadores apontam para a permanência de maiores vulnerabilidades em relação as demais. Segundo a síntese de indicadores do IBGE, da PNAD Contínua de 2018, a informalidade no mercado de trabalho no Norte e no Nordeste permanece quase duas vezes maior em relação a do Sudeste (IBGE, 2019).

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos migrantes segundo posição na ocupação, qualificação e região de destino - Brasil - 2015



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2015.

Nesse último ano (2015), a formalização dos migrantes qualificados no Nordeste aumentou, aproximando-a das regiões com melhores indicadores. Por outro lado, constatou-se nova diminuição na inserção formal desses migrantes no Norte, que passa a destacar-se como a mais baixa. Os migrantes menos qualificados, por sua vez, se mostram ainda mais formalizados



nas regiões Sudeste e Centro-Oeste nesse último período, enquanto no Sul, no Norte e no Nordeste volta a crescer a informalidade. Nesse último, o percentual de migrantes menos qualificados que ocupam posições de trabalho informais ultrapassa 70%.

Partindo para os grupamentos de atividade dos migrantes, estes são apresentados na Tabela 2 e devem ser interpretados tendo em mente que a maior desagregação da informação pode implicar em menor representatividade. Os resultados para o ano de 2005 apontam que, sendo qualificados, os migrantes estão inseridos em maior medida em atividades relativas à educação, saúde e serviços sociais, e também na administração pública no caso da região Norte (36%). Para os migrantes menos qualificados, por outro lado, o grupamento de atividade em que há maior inserção depende da região de destino. O comércio se sobressai no Sul, enquanto o setor de serviços é o destaque no Centro-Oeste e no Sudeste. Nas regiões Nordeste e Norte, apesar da elevada participação dos migrantes no comércio e nos serviços, as atividades agrícolas empregam mais os migrantes menos qualificados.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos migrantes segundo grupamentos de atividade, qualificação e região de destino - Brasil - 2005, 2011 e 2015

Grupamentos de Atividade	Qualificados					Menos Qualificados				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2005										
Agrícola	0,0	5,8	3,2	0,0	3,2	21,5	29,7	7,2	11,3	18,3
Indústria	9,4	11,3	11,7	14,8	8,5	21,5	9,4	19,0	18,1	15,1
Construção	1,8	0,9	1,7	2,9	1,7	7,2	9,2	14,3	8,9	9,4
Comércio e reparação	8,9	9,3	16,6	14,1	12,3	18,1	19,4	19,1	23,1	18,1
Serviços	5,0	14,0	11,6	13,4	8,8	19,2	20,1	25,5	19,6	26,3
Administração pública	36,0	11,5	22,2	6,0	16,5	4,9	3,8	3,2	4,8	3,8
Educação, saúde e serviços sociais	23,8	34,4	22,7	31,4	28,5	4,1	3,7	5,1	6,0	3,4
Outras atividades	15,2	12,8	10,2	17,2	20,5	2,5	4,2	6,6	8,2	5,8
Ativ. mal definidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,5	0,0	0,0	0,0
2011										
Agrícola	3,2	1,9	0,0	2,4	1,0	17,7	20,8	10,9	6,1	11,2
Indústria	6,3	10,3	13,8	9,6	13,0	8,8	10,2	17,0	26,7	21,8
Construção	2,0	3,0	3,8	0,0	3,4	16,6	12,6	15,9	15,4	16,8
Comércio e reparação	5,1	7,4	6,2	21,2	8,3	17,2	22,4	14,9	17,8	14,4
Serviços	6,6	6,0	12,6	15,2	7,8	25,1	21,3	30,0	16,9	24,9
Administração pública	28,8	18,9	17,8	11,2	22,5	3,2	4,6	1,2	6,6	2,8
Educação, saúde e serviços sociais	27,4	32,4	25,4	23,9	29,7	3,3	2,4	4,0	3,3	2,6
Outras atividades	20,6	20,0	20,5	16,6	14,3	8,1	5,7	6,2	7,2	5,6
Ativ. mal definidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2015										
Agrícola	14,7	4,6	0,0	0,0	0,0	31,1	20,7	20,2	6,5	19,4
Indústria	0,0	9,4	5,5	9,8	7,7	3,8	8,8	14,8	25,8	15,8
Construção	9,0	0,0	4,7	6,6	2,3	14,3	16,8	19,1	12,1	15,5
Comércio e reparação	9,1	15,8	4,8	15,2	10,0	11,4	20,9	13,5	17,8	16,7
Serviços	5,9	10,4	19,8	15,6	16,8	23,0	23,4	20,3	25,4	20,9
Administração pública	16,9	12,2	20,3	9,0	20,7	5,6	3,3	3,5	2,7	3,8
Educação, saúde e serviços sociais	26,7	32,9	24,7	25,1	31,2	5,8	2,0	3,5	4,5	2,2
Outras atividades	17,5	14,7	20,1	18,7	11,3	4,9	4,1	5,0	5,2	5,8



Em 2011 os migrantes qualificados continuam a mostrar maior inserção em atividades de educação, saúde e serviços sociais e na administração pública (Tabela 2). Esses dois grupamentos empregam mais da metade dos migrantes qualificados que chegam ao Norte, Nordeste e Sul. Entre os migrantes menos qualificados, as atividades em serviços, comércio e agrícolas têm destaque no Norte e Nordeste, enquanto no Sul e Sudeste o setor de serviços e indústria empregam mais.

Entre os migrantes do período 2010/2015, aqueles qualificados permanecem com maior inserção no grupamento de atividade de educação, saúde e serviços sociais, que absorve mais de 30% dessa mão de obra no Nordeste e Centro-Oeste, e cerca de 25% nas demais regiões. No Nordeste e Centro-Oeste também ganham espaço as atividades do comércio e de serviços. Chama atenção no Norte o aumento de migrantes qualificados inseridos em atividades agrícolas, saindo de 3,2% no ano anterior para 14,7% em 2015.

O aumento do emprego de migrantes nesse setor, no Norte, também foi verificado entre os menos qualificados, de 17,7% para 31,1%, diferente do observado nas demais regiões. Mattei (2015) mostra que a participação do emprego agrícola no emprego total reduziu consideravelmente entre 2002 e 2013, e a única exceção a essa tendência é a região Norte, justificada pelo impulso dado as atividades agrícolas devido a expansão do mercado internacional de *commodities*. Como visto nos anos anteriores, o grupamento de atividade que mais emprega migrantes com menos qualificação é o de serviços, seguido do comércio e reparação. Nesse último período, o grupamento agrícola também contribui para o emprego desses migrantes no Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste e a indústria, no Sul.

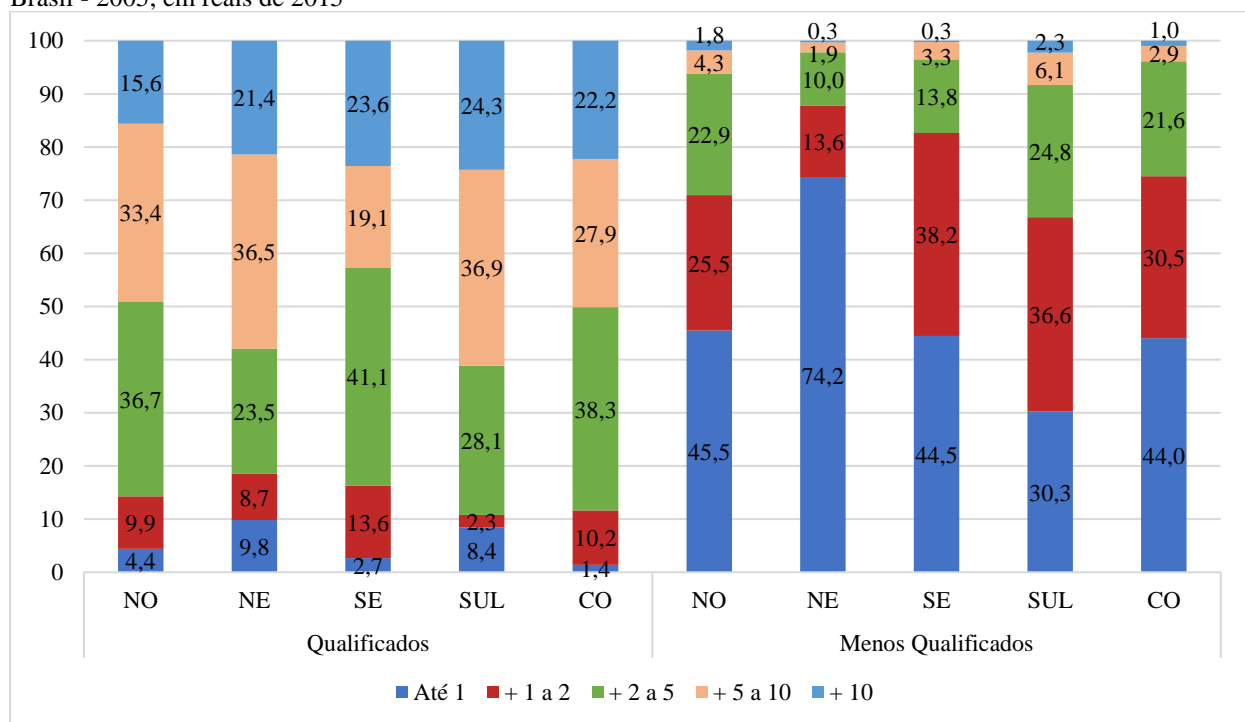
No Gráfico 4 tem-se as faixas de rendimento dos migrantes para o ano de 2005, corrigido pela inflação para 2015 e categorizado conforme o salário mínimo vigente. A diferença segundo a qualificação é clara, pois as faixas de rendimentos mais altas, acima de 5 salários mínimos, abrangem cerca da metade dos migrantes qualificados em todas as grandes regiões, ao passo que entre os menos qualificados as mais baixas são mais representativas. Assim, a faixa de rendimento de até 1 salário mínimo se destaca entre esses migrantes, em quase todas as regiões do país.

Com isso, verifica-se que os migrantes qualificados auferem rendimentos significativamente melhores em relação aos menos qualificados, tendo em vista que as duas menores faixas (até 2) predominam para estes últimos e aparecem em proporções ínfimas entre os migrantes com formação superior (Gráfico 4), atestando a importância da qualificação para alcançar ocupações com melhor rendimento (Silva Filho; Clementino, 2013).

Examinando os diferenciais por região, os migrantes (2000/2005) encontram os melhores

rendimentos na região Sul. Entre os qualificados, 60% têm rendimento de, no mínimo, 5 salários; e entre os menos qualificados, somente 30,3% se encontram na menor faixa, se comparado à cerca de 45% no Norte, Sudeste e Centro-Oeste, e ao percentual de 74,2% no Nordeste. Assim, o Nordeste é a região com os piores rendimentos para os migrantes com menor qualificação, em 2005. Para os migrantes qualificados que chegam na referida região, embora possam obter excelentes rendimentos tanto quanto no Sul, também é possível observar mais migrantes nas faixas de rendimento mais baixo (18,5%) relativamente às demais regiões (cerca de 13%), com menor frequência de rendimento intermediário (2 a 5 salários).

Gráfico 4 - Distribuição percentual dos migrantes segundo faixa de rendimento, qualificação e região de destino - Brasil - 2005, em reais de 2015



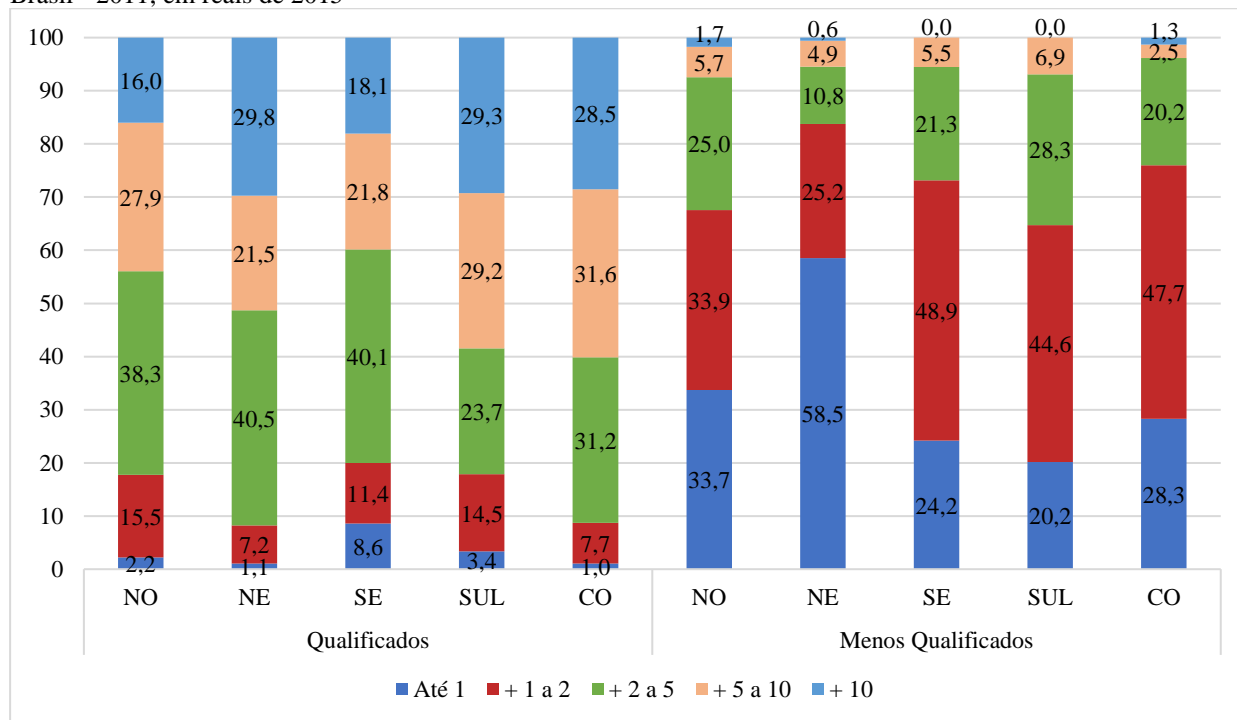
Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2005.

Diferente do Nordeste, o rendimento intermediário (2 a 5 salários) tem maior dimensão entre os migrantes qualificados no Sudeste (41,1%), Centro-Oeste (38,3%) e Norte (36,7%), que somado aos estratos mais altos representa o rendimento de mais de 80% dos migrantes qualificados empregados nessas regiões. O rendimento dos migrantes menos qualificados também se mostra similar entre essas regiões, sendo um pouco mais baixo no Sudeste.

Em 2011 (Gráfico 5) o rendimento para os migrantes qualificados mostra melhora no Nordeste e Centro-Oeste, dada a diminuição no percentual de migrantes nas duas faixas de rendimento mais baixo. Contudo, no Nordeste, cresce complementarmente a proporção de rendimentos entre 2 e 5 salários, enquanto no Centro-Oeste esse crescimento se dá acima de 5 salários mínimos. Nas demais regiões, por outro lado, se observa maior participação de migrantes

qualificados nos rendimentos mais baixos (até 2) em relação ao ano anterior, sendo entre 1 e 2 salários mínimos no Sul e no Norte, e na faixa de até 1 salário no Sudeste, que permanece com rendimentos menores dentre as três regiões.

Gráfico 5 - Distribuição percentual dos migrantes segundo faixa de rendimento, qualificação e região de destino - Brasil - 2011, em reais de 2015

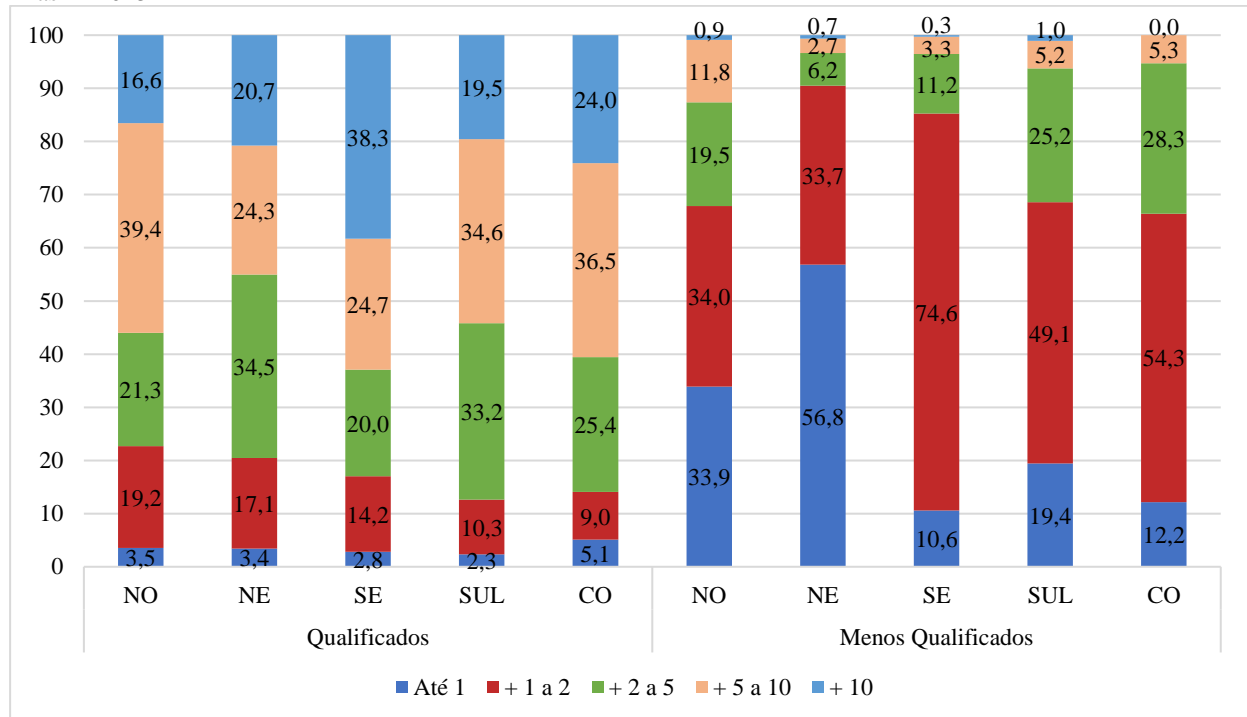


Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2011.

O rendimento entre os migrantes menos qualificados em 2011 apresentou melhora em todas as regiões, com muitos migrantes saindo da faixa de até 1 salário mínimo para de 1 a 2 salários, principalmente no Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Se observa, portanto, que o aumento de empregos formais pouco qualificados no período que antecede a crise internacional de 2008, associado a política de valorização do salário mínimo, também contribuíram para a melhoria da renda do trabalho dos migrantes (Cacciamali; Tatei, 2016). Em relação a essas regiões, o rendimento dos migrantes no Nordeste e agora também no Norte se mantém distante. Vale, nesse contexto, a observação de Neto (2014) sobre o Nordeste, de que o dinamismo dos rendimentos entre 2000 e 2010, embora positivo para as pessoas ocupadas na região, não mudou sua característica de baixo nível de remuneração quando comparado as demais regiões do país.

Em 2015 volta a crescer a frequência de migrantes qualificados com rendimento entre 5 e 10 salários mínimos, em todas as regiões, em detrimento daqueles com rendimento melhor, de mais de 10 salários. O oposto acontece no Sudeste, que passa a mostrar os melhores rendimentos, com 38,3% acima de 10 salários e outros 24,7% entre 5 e 10 salários.

Gráfico 6 - Distribuição percentual dos migrantes segundo faixa de rendimento, qualificação e região de destino - Brasil - 2015



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2015.

Para o Nordeste e o Norte praticamente não há mudança em relação ao ano anterior quanto a proporção de migrantes menos qualificados auferindo os mais baixos rendimentos (até 1 salário), ao passo que Sudeste, Sul e Centro-Oeste registram novo avanço com a redução de tal proporção junto ao crescimento na faixa seguinte (1 a 2 salários), reforçando o resultado de distanciamento entre essas regiões em termos de rendimento do trabalho para migrantes.

Segundo o IBGE (2019), o rendimento do trabalho permanece apontando desigualdades espaciais marcantes, com o Nordeste e o Norte situados abaixo da média nacional, refletindo, de certa forma, a distribuição regional das atividades econômicas pelo território brasileiro, e fornecendo indicativos de qualidade da ocupação nessas diferentes atividades. Segundo dados de 2018, os estados do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, e, principalmente, o Distrito Federal, no Centro-Oeste, apresentam os rendimentos médios mais elevados.

## 5 Considerações finais

O trabalho baseou-se em estudos internacionais e nacionais sobre migrações qualificadas, bem como nos microdados das PNAD's de 2005, 2011 e 2015, para explorar como o potencial da mão de obra migrante é utilizado nas regiões brasileiras. Mais especificamente, o objetivo foi



verificar se o contexto econômico favorável a partir de 2004 havia implicado em melhores condições de inserção ocupacional para os migrantes qualificados, mas ainda com a possibilidade, apesar da limitação dos dados, de visualizar indícios do efeito do contexto recessivo. A esse respeito, os resultados mostraram que o aquecimento do mercado de trabalho foi favorável à inserção produtiva do migrante entre 2005 e 2011, mas em 2015 os dados já refletiam o contexto de desaceleração econômica.

Considerando a diferença de qualificação, o crescimento da taxa de atividade entre 2005 e 2011 favoreceu mais a inclusão produtiva de migrantes qualificados, mas a queda da taxa em 2015 também repercutiu mais sobre estes, regredindo até mesmo em relação ao ano de 2005, em quase todas as regiões. O desemprego que, em um primeiro momento (2005/2011), mostrou decréscimo para ambas as qualificações, notadamente no Centro-Oeste, volta a crescer em 2015, em maior medida entre os menos qualificados, e de forma impressionante no Nordeste. Mesmo para os qualificados a taxa de desemprego na região Nordeste atinge 21%, representando uma perda de capital humano para o país, o indivíduo e o seu domicílio, apesar do investimento duplo na qualificação e na migração em busca de trabalho.

Sobre as condições de inserção, boa parte dos migrantes qualificados ocupam posições formalizadas (empregados com carteira e militares ou funcionários públicos estatutários), nos grupamentos de atividade da administração pública e de educação, saúde e serviços sociais. Assim, os rendimentos para esses migrantes são mais elevados em relação ao encontrado pelos migrantes de menor qualificação, inseridos sem carteira ou como conta própria nas atividades de comércio e reparação ou serviços, com participação importante do emprego agrícola e da informalidade, principalmente no Norte e Nordeste. Dessa forma, os resultados ressaltam, além das diferenças segundo a qualificação, importantes diferenças regionais.

Verificou-se, portanto, que a intensificação das migrações qualificadas esteve associada a melhores condições de inserção ocupacional, embora mais restrita ao período entre 2005 e 2011, tendo apresentado certo retrocesso em 2015, principalmente quanto as taxas de atividade e ocupação. Tais resultados ratificam a importância da formação superior para obter melhores ocupações e rendimentos, demandando maiores investimentos na ampliação e democratização do acesso à educação superior. Além disso, tendo visto que a inserção dos migrantes, em linhas gerais, acompanha as características de inserção da população como um todo nas diferentes regiões e ressalta importantes diferenciais, também são necessários investimentos na geração de oportunidades de trabalho com atenção à qualidade dos postos gerados e as desigualdades regionais. Mais que isso, pensar de maneira integrada o desenvolvimento do ensino superior e do mercado de trabalho regional pode potencializar a geração e aproveitamento do capital humano do país, para o que sempre contribuem estudos que busquem aprofundar o conhecimento sobre o



tema.

## 6 Referências

- BAENINGER, R. Migrações Internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais** - ABEP, 2012, Águas de Lindóia. Anais [...]. Campinas-SP: ABEP, 2012. v. 1. p. 99-123.
- BALTAR, P. E. A. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A.; CINTRA, M. A. M. (Orgs). **Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro**. 1ed. Brasília: IPEA, 2014.
- BALTAR, P. E. A.; LEONE, E. T. Formalização dos contratos de trabalho e salários no Nordeste. **Economia e Desenvolvimento** (Recife), v. 6, p. 133-151, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/3856>. Acesso em: 13 abr. 2026.
- BALTAR, P. E. A. et al. Moving towards decent work. Labour in the Lula government: reflections on recente Brazilian experience. **Global Labour University Working Papers**, v. 9, p. 1-38, 2010. Disponível em: [https://global-labour-university.org/wp-content/uploads/2022/03/GLU\\_WP\\_No.9.pdf](https://global-labour-university.org/wp-content/uploads/2022/03/GLU_WP_No.9.pdf). Acesso em: 13 abr. 2026.
- BALTAR, P. E. A.; LEONE, E. T. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. **Estud. av.**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 53-67, Dez, 2015. Disponível em: [https://revistas.usp.br/eav/pt\\_BR/article/view/108922](https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/108922). Acesso em: 13 abr. 2026.
- BEZERRA, F. M.; SILVEIRA NETO, R. M. Existe “fuga de cérebros” no Brasil? Evidências a partir do censo demográfico de 1991 e 2000. **Revista Economia**, v.9, n.3, p.435-456, 2008. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n3p435\\_456.pdf](https://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n3p435_456.pdf). Aces.: 13 abr. 2026.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos Avançados**, v. 30, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870007>. Acesso em: 13 abr. 2026.
- CAMPOS, M. Ciclo de vida, estrutura domiciliar e migração no início do século XXI: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 191-208, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4109>. Acesso em: 13 abr. 2026.
- CARVALHO, L. S. **Restrição de crédito, auto-seleção e brain effect**. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2004.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 6 ed. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; volume 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.) **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.
- DOCQUIER, F.; RAPOPORT, H. Globalization, brain drain and development. IZA (Institute for the Study of Labor) **Discussion Paper** No. 5590. 2011.
- DOMENICONI, J. O. S.; BAENINGER, R. A. O Brasil na rota das migrações internacionais qualificadas no século XXI. In: **X Encontro Nacional sobre Migração**, 2017, Natal - RN. Anais [...]. São Paulo: Editora Blucher, 2017.
- DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, vol. 21, n. 2, p. 415-430, 2019. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5854>. Acesso em: 13 abr. 2026.



DRUKER, P. F. **O melhor de Peter Druker**: obra completa. Tradução: Maria L. Leite Rosa, Arlete Simille Marques e Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2002.

ERVATTI, L. R.; OLIVEIRA, A. T. R. Perspectivas para a mensuração do fenômeno migratório no Brasil. In: Oliveira, L. A. P.; Oliveira, A. T. R. (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, v. 1, p. 89-105.

FLORIDA, R. (e-book) **The rise of the creative class**: and how it's transforming work, leisure, community & everyday life. New York: Basic Books, 2014.

FREGUGLIA, R. S.; GONÇALVES, E.; SILVA, E. R. Composition and determinants of the skilled out-migration in the Brazilian formal labor market: A panel data analysis from 1995 to 2006. **Economia**, vol. 15, 2014, p. 100-117. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S151775801400006X>. Acesso: 13 abr. 2026.

GRUBEL, H.; SCOTT, A. D. The International Flow of Human Capital. **The American Economic Review**, vol. 56, no. 1/2, 1966, p. 268-274. Disponível em: <https://summit.sfu.ca/item/16282>. Acesso em: 13 abr. 2026.

GUIMARÃES, R. A diáspora: um estudo exploratório sobre o deslocamento geográfico de pesquisadores brasileiros. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v45, n4, 2002, p. 705-750. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400006>. Acesso: 13 abr. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JANNUZZI, P. M. **Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. 240p.

JANNUZZI, P. M. Pobreza, Desigualdade e Mudança Social: trajetória no Brasil recente (1992 a 2014). **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, V.10, N.3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/14904>. Acesso em: 13 abr. 2026.

JARDIM, M. A. C.; SILVA, M. R. **Programa de aceleração do crescimento (PAC)**: neodesenvolvimentismo? 1. ed. São Paulo: Unesp, selo acadêmico, 2015. v. 01. 200p.

JOHNSON, H. G. Some economic aspects of the brain drain. **The Pakistan Development Review**, vol. 7, n. 3, 1967, p. 379-411.

LEAL, C. F. C.; LINHARES, L. Desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste: desafios e potencialidades para a atuação do BNDES. In: CAVALCANTI, I. M. et al. (Org). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Centro-Oeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 246-263.

MANNI, S. R.; MENEZES-FILHO, N.; KOMATSU, B. K. Crise e Mercado de Trabalho: uma comparação entre recessões. **Policy Paper** Nº 23. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa - Centro de Políticas Públicas (CPP), São Paulo, Mar. 2017.

MARTINE, G. A Globalização inacabada - As migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.3, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000300001>. Acesso em: 13 abr. 2026.

MATA, D. et al. Migração, Qualificação e Desempenho das Cidades Brasileiras. In: CARVALHO, A.X.Y.; OLIVEIRA, C.W.A.; MOTA, J.A.; PIANCASTELLI, M. (Org.). **Dinâmica dos Municípios**. Brasília: IPEA, 2008, p. 289-322.

MATTEI, L. Emprego Agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 35-52, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500004>. Acesso: 13 abr. 2026.

MELLO, L. F. **Trabalhadores do conhecimento e qualidade do lugar em Campinas, SP**. Tese (Doutorado Demografia) - IFCH/Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.



- NETO, L. G. Mercado de trabalho no Nordeste - 2000-2010: avanços e desafios. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 420-452.
- PERONDI, E. Crise econômica e instabilidade política: cenários da ofensiva do capital contra o trabalho no Brasil. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, vol. 21, n. 2, 2017, p.603-621. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v21n2p603-622>. Acesso em: 13 abr. 2026.
- PINTO, B. C. M.; RAMALHO, H. M. B. Migração de trabalhadores com alta instrução na Paraíba: Evidências de fuga de cérebros nos municípios paraibanos. In: **V Encontro Pernambucano de Economia** - ENPECON, Recife-PE, novembro de 2016. Anais [...], 2016.
- PORTES, A. Determinants of the brain drain. **The International Migration Review**, vol. 10, n. 4, 1976, p. 489-508. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2545081>. Acesso em: 13 abr. 2026.
- QUEIROZ, S. N. **Migrações, Retorno e Seletividade no Mercado de Trabalho Cearense**. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2013.
- RIGOTTI, J. I. R.; FAZITO, D.; CAMPOS, J. A distribuição espacial de mão de obra qualificada no Brasil é um entrave ao crescimento econômico de maior valor agregado no interior do país? In: OLIVEIRA, M. P. P. et al. (Org.). **Rede de Pesquisa, Formação e Mercado de Trabalho: Tendências e aspectos demográficos do mercado de trabalho**. Brasília: IPEA, 2014, p. 75-115.
- RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo**. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- SABBADINI, R.; AZZONI, C. R. Migração interestadual de pessoal altamente educado: evidências sobre a fuga de cérebros. In: **XXXIV Encontro Nacional de Economia**, 2006, Salvador. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia, 2006.
- SABOIA, J. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho - Como entender a aparente contradição? **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 28, p. 115-125, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200008>. Acesso em: 13 abr. 2026.
- SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 30, n. 2., pp. 219-253, May-Aug. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>. Acesso em: 13 abr. 2026.
- SANTOS JÚNIOR, E. R.; MENEZES-FILHO, N.; FERREIRA, P. C. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 35, n. 3, 2005, p. 299-331. Disponível: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4403>. Acesso: 13 abr. 2026.
- SERRANO, A. F.; ARAÚJO, H. E.; PINTO, L. M.; CODES, A. L. M. A migração como fator de distribuição de pessoas com alta escolaridade no território brasileiro. In: BOUERI, R.; COSTA, M. A. (Editores). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2013, vol. 3, p. 633-663.
- SILVA FILHO, L. A.; CLEMENTINO, M. L. M. Seletividade no mercado de trabalho no Rio Grande do Norte e em Natal – 2001-2008. In: **XIII Encontro Nacional da ABET**, 2013, Curitiba - PR. Trabalho, desenvolvimento e sociedade no contexto da crise global, 2013.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- SOLIMANO, A. The international mobility of talent and its impact on global development: an overview. **Serie Macroeconomía del Desarrollo**, Santiago, n. 52, p. 1-35, 2006.
- STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**/Guy Standing; tradução Cristina Antunes. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.



- SULIANO, D. C. **Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC):** avaliação das repercussões educacionais e sociais. Dissertação (Mestrado)-UFC, Fortaleza, 2013.
- TORRES, M. M. **Migração de cérebros e acumulação de capital dos municípios brasileiros.** Dissertação (Mestrado em economia) – UFPB, João Pessoa, 2016.